Ana Clara Gomes
Costa
Universidade Federal do
Rio de Janeiro

**Existência e inexistência
de um corpo negro violável:
o racismo dos processos
comunicativos**

**Existence and non-existence
of a violable black body:
the racism of communicative
processes**

**Existencia e inexistencia de un
cuerpo negro violable:
el racismo de los
procesos comunicativos**

RESUMO

O corpo, como primeira instância das formas de existência e inexistência, é marcado por relações de poder e processos de exclusão. Essa é a determinação, feita pela lógica dominante e pela ordem normativa, de um corpo de direitos e de um corpo que pode ser violado. O corpo negro é, portanto, estigmatizado e relacionado a uma imagem negativa, que o associa à marginalidade, à suspeição e ao banditismo. Os processos comunicativos do dia-a-dia promovem uma política de negação do corpo negro e, ao mesmo tempo, limitam os lugares que ele pode ocupar. Para incorporá-lo ao corpo social normativo, o corpo negro é submetido a processos de branqueamento. Tais processos corroboram a reafirmação do racismo e das hierarquias sociorraciais presentes na realidade brasileira. Se o corpo negro não está nos lugares fixos que lhes são permitidos, então ele é negado e pode ser violado.

Palavras-chave: corpo negro; estigma; processos comunicativos; processos de exclusão.

ABSTRACT

The body, as the first instance of the forms of existence and non-existence, is marked by power relations and processes of exclusion. There is the determination, made by the dominant logic and the normative order, of a body of rights and of a body that can be violated. The black body is, in this sense, stigmatized and related to a negative image, which associates it with marginality, suspicion and banditry. The day-to-day communicative processes promote a policy of denial of the black body and, at the same time, fix places that it can occupy. To incorporate it into the normative social body, the black body is subjected to a bleaching process. These processes corroborate the reaffirmation of racism and of the socio-racial hierarchies present in the Brazilian reality. If the black body is not located in the fixed places they are allowed to, then it is denied and can be violated.

Keywords: black body; stigma; communicative processes; exclusion processes.

RESUMEN

El cuerpo, como primera instancia de las formas de existencia e inexistencia, está marcado por relaciones de poder y procesos de exclusión. Hay la determinación, por la lógica dominante y por el orden normativo, de un cuerpo de derechos y de un cuerpo que puede ser violado. El cuerpo negro es, en ese sentido, estigmatizado y relacionado con una imagen negativa, que lo asocia a la marginalidad, a la sospecha y al bandidaje. Los procesos comunicativos del día a día promueven una política de negación del cuerpo negro y, al mismo tiempo, fijan lugares que él puede ocupar. Para incorporarlo al cuerpo social normativo, el cuerpo negro, es sometido a procesos de blanqueamiento. Tales procesos corroboran para la reafirmación del racismo y de las jerarquías sociorraciales presentes en la realidad brasileña. Si el cuerpo negro no se localiza en los lugares fijados que se les permite, es negado y puede ser violado.

Palabras clave: cuerpo negro; estigma; los procedimientos comunicativos; procesos de exclusion.

Submissão: 11-9-2017

Decisão editorial: 24-10-2018

Existência e inexistência

A ideia de existir e de inexistir perpassa por entrelaces entre a subjetividade, a consciência de si mesmo e a forma como a sociedade vê e percebe os sujeitos a partir das relações sociais. Santos (2010) fala em existência se baseando em uma linha imaginária e invisível que separa o domínio do direito para uns e o não-direito para outros. Sobre a inexistência, ele a reconhece como um modo de “não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção aceite de inclusão considera como sendo o Outro” (SANTOS, B., 2010, p. 32).

A concepção do autor nos leva para uma reflexão sobre como o existir e o inexistir se revelam de sujeito em sujeito, de acordo com o segmento social a que ele pertence. A população negra inexistente pela falta de direitos e pelos processos de exclusão, enquanto a classe dominante e não-negra existe não só em direitos, mas em privilégios. O existir e o inexistir são perceptíveis nos processos comunicativos que se dão diariamente na sociedade. Também considerados nesta discussão como ações comunicativas, os processos comunicativos ratificam relações de poder desde as ações mais corriqueiras do cotidiano, nos

quais percebemos a naturalização de contrapontos entre aqueles que tem direitos e aqueles que não tem; quem é incluído e quem é excluído socialmente; quem é aceito e quem não é aceito quem tem privilégios sociais e quem está inserido no âmbito das violências e das violações; e, por fim, quem existe e quem inexistente de acordo com a abordagem de Santos (2010). Falamos em processos ou ações comunicativas entendendo que ambos são constituídos a partir de uma relação entre um ato comunicativo e um tipo de resposta.

O ato comunicativo se dá por uma tomada de iniciativa, uma enunciação ou uma forma de reproduzir um discurso impregnado de ideologia que pode se apresentar, dentre tantos exemplos, pelo descompromisso e ignorância do outro em condição de injustiça social, pela tomada de decisões governamentais que privilegiam uns e desconsideram outros, ou mesmo pela representação midiática que, por meio do discurso, estima determinados segmentos sociais enquanto subjuga outros. Já os tipos de resposta da sociedade ou do indivíduo, que fazem parte da ação comunicativa, podem se dividir em uma modalidade crítica e dialógica, dentro da perspectiva do diálogo como condição única para a comunicação plena percebida por Freire (1977, 1999) e Sodré (1984) e, também, em uma modalidade muda, silenciosa e subserviente, revelando a convivência da sociedade ou do indivíduo diante dos atos que subjugam o outro como sujeito excluído e sem direitos. A modalidade de resposta crítica e dialógica almeja e caminha para a justiça social, enquanto a modalidade de resposta muda, silenciosa e subserviente mantém a estrutura das hierarquias sociais e das relações de poder.

Nesta discussão, partimos do pressuposto da comunicação como esfera do comum vivido, sendo que o midiático faz parte desse comum e se constitui como elementar nos processos comunicativos, mas sem se estabelecer como protagonista na análise comunicacional. Na nossa análise, o midiático se fará presente por meio de matérias jornalísticas ilustrativas, escolhidas aleatoriamente a partir de um banco de matérias que foram pesquisadas e armazenadas para a construção da minha dissertação de mestrado intitulada *Sob suspeita: juventudes negras estigmatizadas à mira da violência policial*, defendida em 2017.

Este artigo se propõe a ir além da ideia da comunicação relacionada ao *bios midiático* evidenciado por Sodré (2015) e romper com a noção de que comunicação e processos comunicativos se restringem ao midiático. Os processos comunicativos, nesta discussão, contribuem para definir quem existe e quem inexistente socialmente e a condição de existir e inexistir perpassa pela construção social do corpo e a determinação do corpo de direitos e do corpo violável. A existência e a inexistência só se concretizam, só se tornam visíveis, palpáveis e perceptíveis por meio do corpo, que corporifica processos de exclusão e segregação, bem como relações hierarquizadas de dominação. O corpo é a condição existencial da vida e da vida social. Ele é socialmente construído e submerso em discursos, ideologias e processos de verticalização que definem sua existência ou inexistência. Ele personifica mundos, formas de vida e sua existência ou inexistência se dá em resultado ao espaço que lhe é socialmente destinado, às características corporais que trazem significados sociais e à sua materialidade, constituída pela forma como

o corpo se apresenta. Assim, há o corpo que existe socialmente, que é aceitável e, portanto, respeitável, reconhecível e com direitos, mas há também o corpo que inexistente socialmente por ser inaceitável e diferente do domínio normativo. Este é o corpo sem direitos, o corpo que pode ser violado, desrespeitado e compulsoriamente machucado.

O recorte desta análise considera o corpo como primeira instância de sujeição a processos de segregação e de exclusão, afirmados por ações comunicativas discriminatórias, oriundas do comum vivido ou expressas por vias midiáticas. Os corpos nos revelam tipos de corporeidade que constituem variantes de experiências do corpo na relação com o mundo, conforme a concepção de Louro (2000). Essas formas de corporeidade nos levam a perceber que existe uma relação dicotômica entre o corpo inaceitável e o corpo aceitável, o corpo violável e o corpo inviolável, o corpo negro e o corpo não negro. Nesta discussão será priorizada a maneira como a desconstrução social do corpo negro, no tocante à estigmatização, à inferiorização e à marginalização, leva a pessoa negra a uma condição de subalternidade, de punição e sofrimento permitidos. O corpo negro é alvo de violências, de violações, de humilhações, de subjugação e desconsiderado do processo de construção da cidadania brasileira. Ele inexistente em direitos, mas existe como agente culpabilizado pelos altos índices que a violência urbana atingiu no que tange a crimes contra a vida e contra propriedade. O corpo negro, desse modo, é *digno* de penalizações e exclusões.

Corpo e estigma

Se o corpo é o lugar onde se manifestam as violações, as penalizações e punições simbólicas ou

físicas, há um determinante que diferencia e institui qual corpo pode recebê-las: o estigma. O estigma é o termo que se usa para referenciar um atributo profundamente depreciativo no corpo de alguém, de acordo com Goffman (1988). Ele afirma que o termo surgiu na Grécia e foi criado para se referir a sinais corporais que evidenciavam alguma característica extraordinária ou que desmoralizasse quem as apresentava. Segundo o autor, muitas vezes esses sinais eram feitos com fogo para marcar que o portador era um escravo ou um criminoso, por exemplo, e que devia ser evitado socialmente. Para Goffman, o estigma indica, portanto, um efeito de descrédito, um atributo depreciativo e que pode ser considerado uma fraqueza, um defeito ou uma desvantagem, que apresenta um reflexo na forma como a sociedade institui uma identidade social real ao outro.

A identidade social é imposta de acordo com interesses da classe dominante privilegiada para a manutenção de uma estrutura social vigente que separa as pessoas que existem e as que inexistem. A identidade social nos fala sobre os corpos ganhando sentido socialmente, de acordo com a percepção de Louro (2000), e nos permite considerar a estigmatização como um modo de controle social que afasta os grupos minoritários étnico-raciais das vias de competição, segundo Goffman (1988). Estigmatizar o outro é uma maneira de fechá-lo em uma identidade imposta e marcar seu lugar social, determinando também todas as limitações que esse lugar estabelece. Para Louro, é no âmbito da história e da cultura que são definidas as identidades sociais, inclusive as identidades de raça e de classe.

[Os] processos de reconhecimento de identidades inscreve-se, ao mesmo tempo, a atribuição de diferenças. Tudo isso implica a instituição de desigualdades, de ordenamentos, de hierarquias, e está, sem dúvida, estreitamente imbricado com as redes de poder que circulam numa sociedade. O reconhecimento do 'outro', daquele ou daquela que não partilha dos atributos que possuímos, é feito a partir do lugar social que ocupamos (LOURO, 2000, p. 9).

A imposição de uma identidade social que define um processo de estigmatização, marcando a diferença de um segmento social como o da população negra demonstra uma disputa. De acordo com Silva (2011), a disputa pela identidade e *pela imposição dela a grupos sociais*¹ envolve uma competição mais ampla por recursos simbólicos e materiais da sociedade e, também, o desejo de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. "A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são nunca, inocentes" (SILVA, 2011, p. 81). A marcação de uma diferença sob o processo de estigmatização e a imposição de uma identidade social, definem, portanto, a ordem do existir e do inexistir e a ordem do incluir e do excluir. Se há a afirmação de uma identidade social e, por ela, a estigmatização, há também a demarcação de fronteiras, o que significa, segundo o autor, eleger distinções entre o corpo que sai e o corpo que fica².

¹ Grifo da autora.

² A expressão "o corpo que sai e o corpo que fica" faz referência a um filme intitulado *Branco sai, preto fica*, do diretor Ardiley Queirós, lançado em 2015, que retrata um episódio ficcional

O corpo negro

O corpo negro carrega, ainda hoje, no Brasil, o peso histórico da coisificação e da inferioridade, que foram visões simbólica e discursivamente construídas e reafirmadas do período escravocrata dos tempos coloniais até os dias de hoje. Outorgar à pessoa negra um lugar de imobilidade, uma condição subalterna e a impossibilidade de transgressão ou transformação social, a partir de uma representação comum no imaginário social que associa a negritude a uma imagem de pobreza, de marginalidade, de banditismo, de perversão e perversidade, é uma estratégia de controle social cuja eficácia se revela na política de negação do corpo negro como detentor de direitos e cidadania. Tal política de negação também se expressa e é reproduzida pela própria população negra, que, para se sentir incluída, aceita e, incorporada ao corpo social normativo, utiliza-se de mecanismos de branqueamento tanto estéticos, quanto da ordem cultural e dos valores sociais.

A fixação dos valores decorre, pois, do reforço das imagens ditadas pelo senso comum e da elaboração de mecanismos que possibilitam ao indivíduo responder ao impulso de sobrevivência e à aprendizagem de estratégias que possibilitam a ele viver numa sociedade que o exclui. A necessidade de expurgar de si as imagens que o fazem visível como diferença ameaçadora impõe a alienação de si mesmo e a camuflagem de uma corporeidade significada sempre por excesso de predicados ditos negativos. Assujeitando-se aos me-

ocorrido na periferia de Brasília durante um baile de música negra, interrompido compulsoriamente por uma invasão da polícia. Com muita violência, no filme, um dos policiais separa os alvos da abordagem, das punições e das violências que estão por vir, proferindo a frase "Branco sai, preto fica!".

canismos de adaptação e de controle, o negro procura alcançar uma outra imagem para o seu corpo, ilusória e alucinatória, mas capaz de conviver, com perdas e danos, com o regime de 'falsa tolerância' característico da cultura brasileira. Muitas vezes são esses indivíduos excluídos que ajudam a fortalecer os preconceitos contra os negros, principalmente contra aqueles que ameaçam as conciliações possíveis, porque, mais críticos, não se mostram tão cordatos aos imperativos racistas e, por isso mesmo, transgridem os esquemas de fixação (PEREIRA e GOMES, 2001, p. 19).

A busca pela transgressão de uma corporeidade significada por características negativas e por estigmas, da qual nos falam os autores, a tentativa de apagar a memória histórica do negro-objeto coisificado pela escravidão e a busca por superar a condição da população negra como uma subclasse³, delineou processos de branqueamento específicos da realidade do nosso país. O início desses processos se deu em um momento em que era necessário diluir a presença da população negra no corpo social da nação. Guimarães (1999) salienta que o percurso de construção da nação brasileira foi calcado na ideologia racialista da política do embranquecimento. O racismo e a teoria da raciologia se baseavam no conceito e na classificação de raça para operacionalizar um pensamento pseudocientífico de hierarquização racial, muito difundido no começo do século XX, de acordo com Munanga (2003). O autor afirma que a teoria da raciologia e a ideologia racialista foram utilizados como discursos doutrinários para justificar sistemas de

³ Na perspectiva de Guimarães (1999), a população negra foi considerada subclasse dentro do processo elitista de construção da cidadania no Brasil, do qual ela foi excluída.

dominação racial, legitimando extermínios em massa de caráter etnocêntrico.

Os processos de branqueamento são estabelecidos por ações comunicativas, incluindo ações da comunicação midiática, que, por meio do discurso, concedem à negritude espaços e formas para se *re-tratar* e para negar tanto o corpo quanto a identidade negra. Nesse sentido, há a determinação de graus de prestígios para diferentes cores e modos de ser da negritude, que definem papéis sociais que a pessoa negra pode exercer para ser melhor aceita na vida em sociedade. A mulata sensual, objeto de desejo sexual é, nesta situação, melhor vista socialmente do que a mulher negra de pele escura, geralmente associada ao trabalho e à falta de desejo sexual masculino. Pereira e Gomes (2001) nos alertam para o fato de que os imperativos racistas e a atribuição de valores negativos a especificidades e detalhes do corpo negro induzem à formação de uma autoestima baixa responsável pela difusão sutil da ideologia do branqueamento. Tal ideologia atinge todos os brasileiros e cai em um discurso da falta de beleza e da inferioridade expressa, por exemplo, no cabelo crespo que é, de acordo com os autores, considerado ruim, duro e difícil de cuidar, em oposição ao cabelo liso, fetiche entre a maioria dos brasileiros, como integrante da metonímia do corpo ideal, da cor e dos detalhes fenotípicos ideais, oriundos do padrão eurocêntrico.

Pela escala do prestígio social, as intervenções corporais de caráter estético que tentam mudar as características fenotípicas da negritude e buscam uma aproximação ao padrão normativo de inspiração eurocêntrica, também fazem parte dos processos de branqueamento. É possível incluir a atual face da

ideologia do branqueamento e os imperativos racistas que ela propaga à linha do tempo que estabelece a trajetória da formação do pensamento racial no Brasil. Pode-se dizer que a ideologia do branqueamento presente no imaginário social brasileiro é responsável por muitas das situações de racismo vividas pela população negra hoje tem sua base ideológica sustentada pela perspectiva de transformação genética que era defendida pela política do embranquecimento de anos atrás. De acordo com Guimarães (1999), a ideia de embranquecer a população negra se baseava na disseminação da noção de que o sangue branco poderia diluir, purificar e, conseqüentemente, exterminar o sangue negro. Por esse pensamento, a miscigenação seria um caminho para o embranquecimento de ordem genética, os mestiços seriam elevados ao estágio civilizado e a nação brasileira seria capaz de absorver as pessoas negras, passando a ser "definida como uma extensão da civilização europeia" (GUIMARÃES, 1999, p. 52).

A perspectiva do embranquecimento pautou discussões sobre transformações de base genética no corpo negro que o levaria à miscigenação e à mestiçagem, a uma aproximação do corpo branco e à possibilidade de obter prestígio social. Nos tempos atuais, o branqueamento está inserido nas entrelinhas dos processos comunicativos que oprimem elementos corporais da negritude. Ele está implícito, embora ao mesmo tempo evidente, por exemplo, quando vemos no cenário midiático da teledramaturgia que o corpo negro só é tido como capaz de interpretar o papel de bandidos, de empregados, de trabalhadores braçais ou de pessoas sem perspectiva de crescimento de vida. A ideologia do branqueamento pode ser perce-

bida quando as crianças acham que quem é preto é feio, ou quando elas não encontram bonecas negras com as quais possam brincar. A ideologia opressora do branqueamento é evidente quando temos notícia de que uma criança de quatro anos de idade é alvo de ofensas racistas na escola e chega em casa aos prantos, se esfregando com uma bucha e tentando lavar a sua própria cor⁴. Não podemos perceber esta última situação como uma inocência infantil ou como um caso isolado de opressão e de racismo. Devemos percebê-la como fruto de uma ordem normativa mas-sacrante que inferioriza o corpo negro e que está presente em todos os âmbitos da realidade social, a começar pelas representações midiáticas negativas sobre a pessoa negra e pela falta de reconhecimento do corpo negro como parte fundamental do corpo social da população brasileira, já que 51% da sua população total do país é formado por pessoas negras, de acordo com o banco de dados *Observatório da População Negra*, da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, publicado em 2012.

A comunicação midiática estipula uma ordem normativa que subjuga o corpo negro e induz a pessoa negra a buscar graus de prestígio e de aceitação social a partir da estetização baseada em elementos do corpo branco ou a partir de lugares permitidos à circulação da negritude.

A mídia, na época atual, vem reforçando formas de estetização do corpo do negro, ao mesmo tempo que

⁴ O episódio trata-se de um caso de racismo denunciado pelo Portal Geledés. O relato da mãe da menina está disponível em: < <http://www.geledes.org.br/ela-se-esfregava-no-banho-diz-mae-de-menina-vitima-de-racismo-aos-4-anos/> >. Acesso em: 30 jan. 2016.

inibe o fortalecimento de um discurso político sobre os seus direitos como cidadão. A figura do atleta vencedor e da mulata sensual é estimulante para explicitar pontos de sua argumentação. A mídia, parecendo reverter a significação do corpo negro como peça ou coisa, na paisagem sociocultural do país, imobiliza os indivíduos em outras imagens e reforça a invisibilidade de todos aqueles – e estes são a maioria absoluta – que não se ajustam aos papéis legitimados. Nesse cenário, o padrão de beleza privilegiado, repetido em excesso, mostra-se incapaz de estimular a produção de novos significados indicadores de uma mudança mais radical. Por isso, a mídia continua a reforçar imagens estereotipadas, que veiculadas pela figura do negro serviçal, do fora-da-lei, do atleta, ou do objeto erótico, em nada alteram o quadro de referências (PEREIRA e GOMES, 2001, p. 20).

A comunicação midiática interfere veementemente na fixação de lugares permitidos ao corpo negro. E um fator condicionante dessa realidade é a falta de representatividade de pessoas negras nos espaços midiáticos, seja no processo de produção desses produtos, seja à frente das câmeras, à frente da bancada de um jornal, ou da apresentação de programas. Em uma leitura nacional do jornalismo televisivo de emissoras de sinal aberto, uma pesquisa realizada em 2011 identificou 65 apresentadores. Dentre eles, “foi possível constatar que a participação de jornalistas afrodescendentes como apresentadores é de 6,15%, enquanto a de indivíduos brancos está em 93,85%” (ACEVEDO e TRINDADE, 2011, p. 100). A ausência ou a pouca presença de pessoas negras exercendo papéis sociais, simbólicos e midiáticos significativos configuram a falta de representatividade da pessoa negra em espaços midiático, que, por sua vez, revela a falta de democratização de oportunidades

e a falta de se pensar nas demandas da população negra. Sem representatividade e sem novas representações da pessoa negra ocupando lugares sociais de valor e de destaque, mantêm-se o racismo estrutural, as hierarquias sociais e a condição de existência e inexistência de uns diante de outros.

É nesse sentido que fixar lugares inferiorizados possíveis que possam ser ocupados pelo corpo negro é só mais uma forma de mascarar e ocultar o racismo que acomete a realidade brasileira. A partir das ideias de Guimarães (1999), o racismo no Brasil é perpetuado pelas restrições de direitos e de cidadania e na imposição de distâncias sociais evidenciadas por grandes desigualdades sociais de renda e também de educação, de oportunidades e acessos entre pessoas negras e pessoas não-negras. No país, racismo não é reconhecido como racismo e se traveste do mito da democracia racial. A própria expectativa de embranquecimento e de branqueamento da sociedade já desfazem a ideia visionária de que há uma convivência democrática, igualitária e sem contradições nas relações socio-raciais do Brasil. O mito da democracia racial, que se perpetua como forma de sublimar o racismo da nossa realidade, parte da elaboração e difusão de um discurso de transigência, de um discurso da mestiçagem cultural e biológica pelas elites nacionais, que gera, simultaneamente, tanto a ideologia da democracia racial, quanto a ideologia do embranquecimento, de acordo com a perspectiva de Sodr (1999). Entretanto, mesmo a disseminação da ideia de uma realidade brasileira miscigenada, para o autor, não supera a crença na lógica dominante de que há uma superioridade branca no que se refere ao corpo branco em uma relação verticalizada e hierárquica com o corpo negro.

O corpo negro violável

Percebemos na nossa realidade atual, uma escala de cores e de situações que estipulam os limites da forma de aceitação social do corpo negro ou a sua completa negação. As formas de aceitação fixam lugares e papéis sociais que podem ser exercidos pelas pessoas negras, tais como o papel do corpo erotizado, do atleta inigualável, do músico ou do dançarino excepcional. Já as formas de negação do corpo negro se embasam na estigmatização e na inferiorização que definem a marginalidade como identidade social da pessoa negra. Ao associar a marginalidade como fenômeno inerente à população negra, evidencia-se tanto o aspecto da desigualdade sociorracial, que incorpora a negritude à condição de pobreza, quanto o aspecto de suspeição e de banditismo tipicamente atribuídos a quem vive na margem da sociedade.

O aspecto que evidencia a contínua condição de suspeição e a desconfiança que se deve ter com a presença de uma pessoa negra leva a uma invisibilidade do negro como sujeito de direitos e a uma visibilidade perversa que o vigia o tempo todo, a fim de oprimir-lo e de evitar possíveis ações criminosas que uma pessoa negra possa realizar. As instituições que primam pela ordem social estabelecem mecanismos e diretivas de ação para promover um possível controle sobre a sociedade a partir do corpo. Aqui nos referimos, especificamente, às forças policiais agindo de forma preventiva e ostensiva quando direciona suas ações a um alvo comum e de fácil identificação: o suspeito do corpo negro. Se a pessoa negra representa uma ameaça e é tida como suspeita, o seu corpo pode ser violado, agredido, machucado ou

invadido sem prejuízos à vida social. Na visão de Suárez e Bandeira (2001), tanto as diferenças socioeconômicas quanto raciais operam na desigualdade de distribuição de bens e serviços, incluindo serviços de policiamento, que designam um tipo de corpo como única possibilidade de suspeição e outro tipo de corpo que requer proteção. A polícia tem o respaldo e a legitimação da sociedade na forma de conduzir suas ações, uma vez que, segundo as autoras, uma parte significativa da população concorda em sacrificar os direitos constitucionais em prol de ampliar o controle da atividade criminal, que é atribuída à parcela negra e pobre da população.

De acordo com a perspectiva de Foucault (1993, p. 47), "o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo". Para ele, não há nada mais corporal do que o exercício do poder, que, nesta discussão, se manifesta na negação da negritude e do corpo negro. O corpo negro resume o que o autor chama de corpo periférico, sujeito aos efeitos do poder. Ele passa a ser visto "como a corte de julgamento final sobre o que somos ou o que podemos nos tornar" (LOURO, 2000, p. 8). Pela noção foucaultiana da periculosidade, vemos a pessoa negra não no nível das suas ações realizadas, mas no nível das suas virtualidades, o que significa possíveis condutas ou comportamentos que ela pode vir a ter. Tais virtualidades transitam pelo imaginário social que associa a negritude à marginalidade, à suspeição e ao banditismo e, logo, ao potencial de cometer crimes. É nessa perspectiva da população negra vista como escória da vida social e causadora da violência urbana, que ocorre uma permissividade

da violação, da violência, da punição e da morte de quem é negro ou negra.

A chamada sociedade disciplinar na qual vivemos, que Foucault nos fala em seus estudos, desempenha uma

(...) espécie de controle penal punitivo dos indivíduos ao nível de suas virtualidades [que] não pode ser efetuado pela própria justiça, mas por uma série de outros poderes laterais, à margem da justiça, como a polícia e toda uma rede de instituições de vigilância e correção. (...) Toda essa rede de um poder que não é judiciário deve desempenhar uma das funções que a justiça se atribui nesse momento: função não mais de punir as infrações dos indivíduos, mas de corrigir suas virtualidades (FOUCAULT, 2002, p. 86).

Corrigir suas virtualidades significa corrigir o potencial que a pessoa negra tem de entrar ou fazer parte do mundo do crime. Em outras palavras, de corrigir a existência da negritude, determinando punições ou morte à pessoa pelo simples fato de ser negra. É inegável a falta de valor que o corpo negro assume na sociedade disciplinar. A partir da estigmatização, ele é determinado como o corpo sujo, que estraga e prejudica o corpo social e que, portanto, pode e deve ser exterminado. O discurso midiático reproduz essa ideia quando repercute e se importa com violações contra o corpo não-negro em episódios de crimes e mortes e ignora situações de violação e violências extremas cometidas contra o corpo negro. Afinal, como afirma Santos (2001), o valor que se atribui a alguém – ou, nesse caso, a alguma situação – é coerente com o valor que se atribui à vida em questão. Se for a vida de uma pessoa negra sendo violada, não há importância ou valor. Segundo o

autor, já é uma vida morta socialmente, uma vez que é vivida pelo outro, desigual e estigmatizado para parte significativa da sociedade, bem como para suas instituições sociais, como a polícia. Na perspectiva do autor, o sujeito morto socialmente pode ser violado ou executado. Aliás, utilizando o clichê dos ditos populares, “bandido bom é bandido morto”. E o corpo negro é o mais provável de se tornar, no imaginário social, o corpo do “bandido bom”.

Um exemplo de extrema banalização do corpo negro, que revela um profundo descompromisso social, governamental e midiático, refere-se à falta de importância da vida de uma pessoa negra, mesmo após anos do episódio brutal e grotesco de seu assassinato. Trata-se do caso em que uma mulher negra, pobre e moradora do subúrbio foi dilacerada ao ser arrastada por uma viatura da Polícia Militar, na Zona Norte do Rio de Janeiro, em fevereiro de 2014. Na época do crime, Cláudia Silva Ferreira foi alvejada por policiais e colocada no porta-malas da viatura que se abriu, deixando-a presa ao carro por um pedaço de roupa, segundo informações do portal de notícias G1. Os policiais, mesmo sendo avisados por pessoas que presenciaram o caso, ignoraram o fato de Cláudia ter sido arrastada. De acordo com o portal de notícias Geledés, passados dois anos do caso, os policiais que cometeram o crime ainda não foram julgados. Cláudia, porém, sofreu na carne a desvalorização da vida e do corpo negro.

Diante desse crime desumano, diante do fato de os policiais não terem sido sequer julgados e diante da forma silenciosa, superficial e discreta com que o trato midiático lidou com o episódio de extrema violência – que não gerou nem repercussão

e nem comoção nacional –, torna-se certo que se o corpo negro fosse outro na situação, nada teria acontecido da forma como aconteceu com Cláudia. Primeiramente, caso a vítima fosse branca, ela não seria vista como suspeita e a sua presença não incomodaria tanto os policiais, que não teriam atirado nela. Segundo que, se a Cláudia *branca* tivesse sido atingida por um disparo acidental ou estivesse ferida por alguma outra circunstância, jamais teria sido transportada dentro do porta-malas de uma viatura policial, e sim por uma ambulância. Este fato por si só já impossibilita o exercício imaginário da situação animalesca de uma pessoa ficar presa por um pedaço da roupa e ser arrastada pelo asfalto. O triste exemplo de Cláudia prova e destitui, de forma indiscutível, que os corpos não são vividos e sentidos da mesma forma, partindo da perspectiva trazida por Louro (2000).

Considerações finais

As referências construídas e instituídas ao corpo negro pelos processos comunicativos do comum ou do midiático, delimitam a fragilidade do seu (in)existir. O corpo negro basta em si, em sua materialidade, para ser percebido socialmente como corpo violável, corpo suspeito, corpo marginal. A estigmatização outorgada pelas características fenotípicas do corpo negro determina de imediato, sua submissão às hierarquias sociais. Ou seja, a presença física do corpo negro, por si só, marca a sua ausência social da falta de direitos e oportunidades.

Toda essa construção inferiorizante do corpo sem direitos e da pessoa negra inexistente perpassa pela disseminação do racismo por meio dos processos co-

municativos do cotidiano, seja em ações como mudar de calçada ao se deparar com um jovem negro na rua, ou dizer que cabelo crespo é o cabelo ruim, ou segurar a bolsa mais forte quando uma pessoa negra se aproxima, ou delegar midiaticamente à pessoa negra papéis desvalorizados, como trabalhadores braçais ou em situações de vulnerabilidade. Relegar a pessoa negra a esses papéis, promover seu banimento dos produtos midiáticos, configura-se como um processo racista de exclusão.

Se historicamente, desde o regime escravocrata até o período pós-abolicionista moderno, o social vê, na presença negra, a marginalidade, a periculosidade e a inexistência, essa percepção persiste e, por conta do midiático, esse enquadramento é reproduzido e ratificado. Dessa forma, a comunicação midiática retroalimenta e intensifica o racismo contemporâneo, junto à exclusão da pessoa negra, já que, no geral, não propõe movimentos de aumento da representatividade negra exercendo lugares de destaque. O fazer midiático reproduz, em uma análise geral, a ordem normativa do branco como padrão cultural do ideal.

Pensar e refazer a própria comunicação midiática reformulada pelas demandas de visibilidade e representação da população negra é uma necessidade urgente para a diminuição da desigualdade sociorracial, pensando o quão estamos inseridos, hoje, na sociedade midiaticizada. Dessa forma, trazer à discussão e à consciência a condição do corpo negro como violável, além de fazer uma reflexão processual sobre como, nas entrelinhas, o racismo é reproduzido no comum vivido e no midiático, torna-se meta primordial para a luta antirracista.

Referências

ACEVEDO, C. R.; TRINDADE, L. V. P. Análise de ausência de diversidade étnica nos telejornais brasileiros. In. **Revista Alceu**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 90-108, jan./jun., 2011

Arrastada por carro da PM do Rio foi morta por tiro, diz atestado.

Portal G1. Rio de Janeiro, 18 mar. 2014. Disponível em: < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/arrastada-por-carro-da-pm-do-rio-foi-morta-por-tiro-diz-atestado.html> >. Acesso em: 30 mai. 2016.

Dois anos após morte de Cláudia, arrastada por viatura, PMs não foram julgados. **Portal Geledés**. Rio de Janeiro, 16 mar. 2016. Disponível em: < <http://www.geledes.org.br/dois-anos-apos-morte-de-claudia-arrastada-por-viatura-pms-nao-foram-julgados/> >. Acesso em: 30 mai. 2016.

"Ela se esfregava no banho", diz mãe de menina vítima de racismo aos 4 anos. **Portal Geledés**. Rio de Janeiro, 22 nov. 2015. Disponível em: < <http://www.geledes.org.br/ela-se-esfregava-no-banho-diz-mae-de-menina-vitima-de-racismo-aos-4-anos/> >. Acesso em: 10 abr. 2016

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____, P. **Pedagogia do oprimido**. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

FOUCAULT, M. **As verdades e as formas jurídicas**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.

_____, M. **Microfísica do poder**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

GOFFMAN, E. **Estigmas: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro, Editora Guanabara Koogan, S.A. 4ªed, 1988.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). 2ª ed. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 7-34.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB – RJ, em 05/11/03. Disponível em: < http://www.nre.seed.pr.gov.br/toledo/arquivos/File/equipe_multidisciplinar/indicacao_leituras/Conceito.pdf >. Acesso em: 13 mar. 2015.

PEREIRA, E. A.; GOMES, N. P. **Ardis da imagem: exclusão étnica e violência nos discursos da cultura brasileira**. Belo Horizonte: Mazza Edições, Editora PUCMinas, 2001.

SANTOS, S. A. O direito à vida. In: OLIVEIRA, D.; SANTOS, S.; SILVA, V. (Orgs). **Violência policial: tolerância zero?** Goiânia: Editora da UFG; Brasília: MNDH, 2001.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS. **Observatório da população negra**. Brasília, 2012. Disponível em: < <http://www.observatoriodonegro.org.br/index.php/pesquisas/86-populacao-negra-em-numeros> >. Acesso em: 20 jan. 2016

SILVA, T. T. A produção da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (org.). 10ª ed. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2011.

SODRÉ, M. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

_____. M. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____, M. **O monopólio da fala:** função e linguagem da televisão no Brasil. Petrópolis: Vozes, 5ª Ed, 1984.

SUÁREZ, M.; BANDEIRA, L. Ordem pública, discriminação e repressão. In: OLIVEIRA, D.; SANTOS, S.; SILVA, V. (Orgs). **Violência policial:** tolerância zero? Goiânia: Editora da UFG; Brasília: MNDH, 2001.